

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora; mfg@uevora.pt

*Oratorio requerimento de palavras
portuguezas, agravadas,
desconfiadas e pertendentes:*
uma perspectiva da dinâmica lexical
nos alvares do Iluminismo

As palavras são como a moeda, que em menos metal tem mais valor.
Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez, e Latino*, t. 6, 1720, p. 195.

1. Entre as *Prosas Portuguezas* do Padre D. Rafael Bluteau¹ (1638-1734) encontra-se um *Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas, Agravadas, Desconfiadas, e Pertendentes* (Bluteau, 1728: 3-15), texto da primeira Conferência Erudita (Salgado Júnior, 1978: 195-196; Palma-Ferreira, 1982: 34-38), proferida por aquele padre teatino no dia 12 de Fevereiro de 1696, ano da instituição do “tribunal das letras” em casa de D. Francisco Xavier de Menezes. Imitando academias estrangeiras, a da Crusca, criada em 1547, mas principalmente a francesa, fundada em 1637, reuniam-se aos domingos, na Biblioteca do 4º Conde de Ericeira, intelectuais de renome com o propósito de expor e discutir matérias científicas e humanísticas². Lavrado pelo secretário, o próprio

¹ Para uma biografia do Autor, vide Inocêncio da Silva (1862: 42-45). Resumem-se aqui alguns dados. Bluteau nasceu em Londres, de pais franceses, no ano de 1638. Aos seis anos parte com a mãe para França, frequentando o colégio de La Flèche, em Paris, e o dos Jesuítas, em Clermont. Passou pelas Universidade de Verona, Roma e Paris. Em 1661 ingressa nos teatinos, chegando a Portugal em 1668. Reputado pregador e assíduo nos círculos intelectuais de Lisboa, é chamado a missões diplomáticas no estrangeiro ao serviço do reino, sobretudo em embaixadas relacionadas com a negociação de casamentos de príncipes portugueses, actividade que lhe traria dissabores, ao ponto de se refugiar em França entre 1697 e 1704. Regressado a Portugal, durante dez anos vê-se obrigado a viver sob reclusão no Mosteiro de Alcobaça, período em que, conforme refere no Prólogo ao Leitor Mofino, no 1º volume do *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-21), concluiu esta magna obra. Morre em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1734. Além do *Vocabulário* e das *Prosas Portuguezas*, publicou ainda obras teológicas.

² Iniciadas a 12 de Fevereiro de 1696, o método nelas desenvolvido fica descrito nas *Decisões Académicas* (Bluteau, 1728: 1-2). Ali se diz ter Bluteau proposto “algumas palavras, que achou duvidosas

Ericeira, o assento dos pareceres académicos sobre tais matérias dá a conhecer quer o processo de tomada de decisão, quer os temas versados. De natureza linguística eram, entre outros assuntos, a significação própria de certas palavras, as palavras “antigas ou antiquadas” e as palavras “peregrinas”, candidatas à naturalização portuguesa, e a normalização dos usos. Não raro se afirma que em Casa do Ericeira teriam despontado os alvares do Iluminismo (Monteiro, 1962: 191-233), devido às novidades literárias, filosóficas e científicas ali apresentadas. Para tão culto e esclarecido ambiente não terá contribuído pouco Rafael Bluteau, homem culto, viajado, com formação multilingue, além de crítico dos vícios gongóricos. Que ele censurava os exageros formais e temáticos daquele tempo³, comprovam-no o prólogo do *Vocabulario Portuguez e Latino, o Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas*, e, outrossim, várias *Prosas* suas, já examinadas em outros estudos (Gonçalves, 2002: 7-25; Gonçalves, 2003: 907-922). Desta feita, centra-se esta indagação lexicológica no *Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas*, porque nele explicitou o Autor, em jeito de personificação, alguma doutrina sobre a dinâmica intrínseca à mudança lexical; perspectiva que, sendo embora de Seiscentos, se projecta contudo nos primórdios de Setecentos, dado o ano da impressão do texto em apreço (1728). Pondo de remissa as farpas retóricas do lexicógrafo contra os modismos da época, para se descerrar a doutrina do lexicógrafo importa realçar que no Oratório estão equacionados os problemas suscitados por uma parte do acervo lexical pertencente a distintas camadas cronológicas – o arcaísmo e o estrangeirismo. Devido ao carácter universal do fenómeno da mudança, tal preocupação metalexical não era nova nem recente, sendo bem conhecida a máxima horaciana⁴, segundo a qual, em figuração comparativa das palavras com folhas caducas, o ónus da mudança cabe ao uso, lição depois transposta para os vernáculos europeus. Ao tópico da “mudança de palavras”, no contexto da reflexão metalinguística, haviam já aludido antecessores de Bluteau, de cuja galeria sobressaem Manuel Severim de Faria (1583-1655), Bento Pereira (1606-1681) ou João Franco Barreto (1600-1674?), precedidos

para o Vocabulario, que doutamente compoem da lingua Portugueza; daõse em huma Conferencia, para resolverse em outra; votase sem preferencia, e cada hum defende a sua razo, e se assenta pelo mayor numero de votos, que regula o Secretario”. As sessões seguintes decorreram a 19 de Fevereiro, 26 de Fevereiro, 4 de Março, 11 de Março, 18 de Março de 1696 (Bluteau, 1728: 16-21). Da sétima até à décima segunda, a última mencionada nas *Prosas*, apenas se tem informação dos temas glosados. As sessões foram interrompidas em 1717, ano em que foi reactivada a Academia dos Generosos (Palma-Ferreira, 1984: 31-38). Foram discutidos temas filosóficos e matemáticos, ademais dos linguísticos.

³ Em alusão explícita ao gosto da época, assim o sublinha o Autor: “Com grande fructo, e gosto dos Academicos, e seus ouvintes, hia crescendo a curiosidade destas eruditas Conferencias, porque nem a boca de Cloris, nem os dentes da bella Laura, nem os olhos de Phyllis, nem outros ociosos, e effeminados assumptos roubavaõ com queixas a sabedoria das atencões, louvavelmente consagradas a discursos Moraes, e Politicos, a noticias Filosoficas, a advertencias, e questoes, concernentes à pureza da nossa lingua” (Bluteau, 1728: 20). Retoma a crítica mais adiante: “Não he lastima, e desgraça grande, ver entendimentos tão elevados, desvelados em representar o infortunio de huma Dama, que tendo bons olhos, não tinha nem hum dente, e encarecer o mau gosto de hum moço, namorado de huma Dama, por ser calva? Destes, e outros frivolos assumptos estaõ cheas as obras dos nossos Academicos, e como muitos delles tem a imaginaçõ depravada com estas, e outras semelhantes idéas, a solidas, e proveitosas proposições fechaõ os ouvidos, porque pouco fruto fez a indagaçõ das palavras, que com mais popriedade, e elegancia podiaõ ornar no idioma Portuguez o discurso” (Bluteau, 1728: 27).

⁴ Neste célebre passo, afirmava Horácio o primado do uso: “Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus, quem penes *arbitrium est et ius et norma loquendi*”.

pelos quinhentistas Fernão de Oliveira, João de Barros e Gândavo, a todos se adiantando Nunes de Leão, por ser quem mais se demorou nesta matéria. Com efeito, no capítulo XXV da *Origem da Língua Portuguesa*, quando discorre sobre a “língua de que tomaraõ os Portugueses os vocabulos de que tiuerem falta ou lhe forem necessario pera ornamento do que fallaõ ou escreuem” (Leão, 1606: 138-144), o ortógrafo e historiador justifica a renovação lexical⁵ com a necessidade de suprir a falta de palavras próprias, mas também com a cópia⁶ (ou abundância) e o ornamento, qualidades que, na lição dos Antigos, conferiam a excelência linguística de que carecia a “torpe rudeza” original (Leão, 1606: 141), habilitando a língua para “cousas graues”. Para Nunes de Leão, o uso de palavras antigas ou novas dependia dos “autores autênticos”, expressão que se antecipa à discussão setecentista a respeito dos bons autores nacionais, cuja exemplaridade deveria filtrar e sancionar os usos (Freire, 1842/1773: 5-22). Sobre ser inevitável, “inouar” (Leão, 1606:141) contribuía para a “polícia e pureza” (Leão, 1606: 20) das palavras, embora isso implicasse “deixar e emendar” as antigas. Descrita em conformidade com a antiga distinção entre “declinação voluntária” e “declinação involuntária”, a “inuenção de vocabulos” servia para renovar o léxico, tanto por via endógena como pela exógena, aspecto relevante porquanto então se pensava estarem as palavras ligadas à expressão dos conceitos da alma e dos pensamentos, distinguindo-se por isso o homem dos “animaes brutos” (Leão, 1606: 145). Apesar de natural, o processo de mudança era ainda descrito como corrupção, sem remeter esta, necessariamente, para degeneração; do mesmo modo, a mudança fonética era interpretada como troca de umas letras por outras. Exemplificada na substituição das antigas por outras palavras mais recentes, a renovação intralinguística atribuía-a Leão ao desuso, ditado pelo tempo ou pela rejeição por parte dos falantes; já a importação de palavras estranhas, vale dizer, a renovação interlinguística, dever-se-ia, segundo o mesmo Autor, ao contacto (“vizinhança”) entre povos. No quadro dos *topoi* metalinguísticos relativos ao português, embora distantes no tempo, as perspectivas de Nunes de Leão e Bluteau são aproximáveis porque ambos atentaram na propriedade do uso das palavras, aspecto progressivamente hipertrofiado pelo caudal do purismo setecentista, corrente que desembocaria, dobrada a metade de Setecentos, nas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1773/1842). Deixadas em manuscrito por Francisco José Freire (1719-1773), nelas demandava o escritor “neoclássico” os verdadeiros “clássicos” nacio-

⁵ No capítulo XXVI da *Origem*, intitulado *Da eleição que deuemos fazer dos vocabulos, & do exame, & circumstancias delles*, essa dinâmica é descrita por Nunes de Leão nos seguintes termos: “Tendo pois nos feitas tantas diuisões de vocabulos que se variaõ pelo tempo, & h’s se extinguem, & outros renascem, & há palauras tam antigas que já não estão em vso, outras que são taes que em bocca de homiões bem costumados se não deuem achar, parece que me obriguei a dar alg’as lembranças para a eleição que dellas deuemos fazer. E tratando da antiguidade & nouidade dos vocabulos, para mais persuadirmos aos pertinazes, que não consintem deixarmos vocabulos velhos, por mui velhos que sejam, nem admittir os nouos, daremoslhes authores authenticos, cuja authoridade os conuença (Leão, 1606: 145).

⁶ Depois de Nunes de Leão, no *Discurso II. Das partes que há de bauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & alg’as* com eminencia de outras linguas a ela se referia também Severim de Faria (1624: fol.65r): “A copia, & abundancia da lingua he necessaria por não repetirmos sempre os mesmos vocabulos, o q dá grande molestia aos uouintes, & fastio à oração”. As outras qualidades eram a boa pronúncia, brevidade, boa ortografia (resultante da proximidade entre escrita e fala), e aptidão para todos os estilos.

nais, para assim legitimar os usos⁷; intuito semelhante percorria as memórias académicas de António das Neves Pereira⁸ (?-1818) e de António Pereira de Figueiredo⁹ (1725-1797), e outrossim, dois relevantes catálogos: *Glossário de Palavras e Termos que antigamente se usavaõ na lingua Portuguesa* (Viterbo, 1798/1799) e *Glossário das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portuguesa moderna; com o juizo critico das que saõ adoptaveis nella*¹⁰ (Cardeal Saraiva, 1816; Vilela, 1981: 49-61; Vilela, 1982: 411-425). Aos arcaísmos e aos estrangeirismos, juntam-se ainda os sinónimos, matéria para uma “lexicografia para-literária” (Verdelho, 1994) também exercitada por Bluteau e pelo Cardeal Saraiva¹¹ (Verdelho, 1981: 171-222). Dado este fazer alusão ao uso de galicismo na época do primeiro, vale a pena atentar nas palavras do Cardeal na “Prefação” ao seu Glossário:

“Como no Programma da Academia sómente se requer o Catalogo das palavras, e frases Francezas, que se tem introduzido na nossa linguagem *moderna*; hesitamos em fixar a época, donde havia de começar o nosso exame: e attendendo a que nos principios do Seculo XVIII., e com o Reinado do Senhor D. João V. começou a restauração da nossa Litteratura, e consequentemente o estudo e frequente lição dos livros Francezes, que tem sido a principal causa daquella introdução; resolvemos contar desde aquelle ponto *a idade moderna* da nossa lingua: e por isso mettemos tambem neste Catalogo alguns vocabulos, que já no tempo de *Bluteau* se hiaõ usando, e de que elle fez menção ou no seu *Vocabulario*, ou no *Supplemento* a elle” (Saraiva, 1816: 3-4).

Sobre este e outros aspectos relativos à mudança lexical versava Bluteau na conferência académica em que a seguir se atenta.

⁷ Sob o título “Sobre a auctoridade dos Auctores classicos da Lingua Portuguesa”, na *Reflexão 1* esclarece Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano: “(...) a principalissima qualidade, que devee Ter qualquer Escripitor, é a pureza da linguagem, em que escreve. Sem propriedade no fallar perde muito qualquer obra litteraria daquele solido merecimento que depende não do juizo do povo ignorante, mas da setença da critica judiciousa. Esta propriedade consiste em usar daquelle vocabulos, daquellas frases, e idiotismos, que constituem o distinctivo, e indole legitima do idioma, em que se escreve. Para se conseguir esta necessaria perfeição não há senão seguir os vestigios dos Auctores Classicos, que tem cada uma das linguas cultas. (...) digo a respeito da Linguagem Portuguesa que infalivelmente vão errados todos os que não caminham pelos vestigios daqueles Auctores, e que pelo seu justissimo merecimento logarm entre os sabios o titulo de *Classicos* (Freire, 1842/1773: 5-6).

⁸ Esse objectivo fica traçado desde logo nos seguintes títulos: “Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servem os nossos bons escriptores dos séculos XV e XVI e deixaram esquecer os que se seguiram até ao presente”, (Pereira, 1792: 339-446); memória que teve uma continuação (Pereira, 1793: 152-252); e “Ensaio sobre a Philologia Portuguesa por meio do Exame e Comparação da Locução e Estylo dos nossos insignes poetas que floreceram no seculo XVI”(Pereira, 1793: 1-151).

⁹ As memórias académicas deste oratoriano intitulavam-se: “Espirito da Lingua Portuguesa. Extrahido das Décadas do insigne Escriitor João de Barros” (Figueiredo, 1792: 111-226); “João de Barros. Exemplar da mais solida Eloquencia Portuguesa” (Figueiredo, 1792: 1-25).

¹⁰ Publicado nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, em 1816, este Glossário reflecte o ideário purista de Setecentos, no atinente à influência francesa sobre a língua portuguesa. Foi republicado, na edição em 10 volumes das *Obras completas* (1856 e 1878) do Cardeal Saraiva, onde fica exposta uma parte significativa do pensamento linguístico do século XVIII.

¹¹ São autores, respectivamente, do *Vocabulario de Synonymos, e Phrases Portuguezas*, incluído no *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*, Parte II, 1728, e do *Ensayo sobre alguns Synonymos da Lingua Portuguesa* (1821), publicado pela Academia Real das Sciencias em 1821. Foi ampliado e republicado (Verdelho, 1981: 200-201). Poder-se-ia acrescentar outro catálogo especializado: *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou Lexicon etymologico de palavras e nomes portuguezes, que tem origem arabica* (Sousa, 1789).

2. No *Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas* fazia Bluteau uma petição em nome de três classes de palavras – *supplicantes agravadas* (antigas ou antiquadas), *supplicantes desconfiadas* (portuguesas ou vernáculas ainda em uso) e *supplicantes pertendentes* (importadas ou empréstimos) –, correspondentes a outras tantas tendências: tradição, continuidade e inovação. Assim delineado o quadro da dinâmica léxica nos alvares de Setecentos, são as “palavras antigas ou antiquadas” as que vendo o desprezo com que quasi todos as tratao, pedem que se lhes tenha o respeito, e veneraçãõ, que se lhes deve”; as desconfiadas são as “palavras usadas, e nativas, que injustamente atopelladas da multidaõ de outras novas, e modernas, pedem que as mantenhaõ, e conservem na posse em que estaõ”; e, por último, as pretendentes são “humas palavras estranhas, e peregrinas, que fiadas no seu prestimo, e utilidade, pedem, que se lhes conceda a introduçãõ, que merecem” (Bluteau, 1728: 4). Enunciados os principais argumentos a favor das três suplicantes – antiguidade, uso e utilidade –, deles se trata a seguir.

Segundo Bluteau, a arte de falar devia reger-se por leis capazes de aplanar as “impropriedades, equivoçãões, e enganõs” (Bluteau, 1728: 4), cabendo aos tribunais da eloquência fixá-las. Esse era o objectivo do Oratório, posto que as palavras antigas, as vernáculas e as peregrinas suscitavam problemas tanto no uso como na empresa lexicográfica. A questão da “propriedade das palavras” era, mais que uma qualidade, um requisito, ideia que perpassava as reflexões do Autor sobre a matéria. Definida no *Vocabulario Portuguez e Latino* como “Dicção articulada, que consta de huma, ou mais syllabas, & com que entre todos os animaes só o homem se declara” (Bluteau, 1720: 195), a palavra é um distintivo humano; já em “vocábulo”, com remissão para palavra e dicção, destaca o lexicógrafo a função signíca de nomear, definindo-o como “o nome de qualquer cousa. Palavra. Dicção. (...)” (Bluteau, 1721: 564). Sobre ampliarem as anteriores, as definições de “Palavra peregrina”, “Periphrasis”, “Elocuçãõ” e “Circumlocuçãõ” esclarecem os conceitos envolvidos no problema em apreço. Por peregrina se entende a palavra “estranha, naõ usada no estylo da terra, mas tomada de outra linguagem, & nouamente introduzida” (Bluteau, 1720: 416), vale dizer, “emprestillo”, mais tarde chamado barbarismo ou peregrinismo (Neto, 1884: 86), empréstimo, palavra importada ou estrangeirismo; a circumlocuçãõ é “rodeo de muytas palavras, pera explicar, o que se poderá dizer em huma, ou duas” (Bluteau, 1712: 326), diferenciando-se da perífrase por ser esta “figura de Rhetorica, que declara com muitas palavras o que se podera exprimir com poucas” (Bluteau, 1720: 432), sem equivaler no entanto a “todo o genero de circumlocuçãõ, mas huma circumlocuçãõ figurada, & que dá graça, & força, ao que se diz” (Bluteau, 1712: 326). Para evitar rodeios e perífrases, desagradáveis tanto para o leitor como para o ouvinte, já antes quinhentistas e seicentistas se haviam mostrado dispostos a adoptar, não sem ressalvas, palavras estranhas, fossem elas de línguas antigas (grego e latim), fossem de línguas modernas. Favorecidas pela necessidade, como sublinhado por Nunes de Leão em 1606, as peregrinas entravam, com frequência crescente, em concorrência com as vernáculas, ainda usadas mas em perigo de transitarem para o lote das desusadas. Depois de o ter feito Nunes de Leão¹²,

¹² Ao comparar a situação do galego com a do português, o autor da *Origem da Lingoa Portuguesa* alude claramente ao papel da sede do poder como referência linguística: “Da qual lingoa Gallega a Por-

para quem a capital constituía já “fonte privilegiada de inovações lexicais” (Marquilhas, 2001: 112), e volvido mais de meio século sobre a restauração da independência, na sede da Corte localiza Bluteau a língua de prestígio e, na fala dos eruditos, a variedade privilegiada, a eles cabendo por isso o ónus da decisão em matérias linguísticas. Como se conclui das palavras do Autor, em clara alusão ao “diferencial linguístico” do seu tempo (Thielemann, 2001: 56-61), não obstante o “throno da Eloquencia” ainda reclamar o empenho dos mais cultos, eruditos e nobres da Corte, era evidente que esplendor linguístico e glória nacional corriam parelhas¹⁵:

“Mas em huma lingua tão viva, como a Portugueza, e tão distante do seu fim, que apenas tem passado os annos da sua infancia, razão he, que com curiosa discrição, os mais laboriosos engenhos se apurem em procurar selectas dicçoens os seus augmentos. A applicação dos nomes proprios he tão propria da nobreza, que este foy o primeiro estudo do primeiro Principe do Mundo” (Bluteau, 1728: 11).

“(…) huma lingua tão illustre, e tão gloriosa, que em todas as partes do mundo fundou, e estabeleceo com as verdades da Fe euangelica, as glorias do Lusitano Imperio (Bluteau, 1728: 10).

Colocadas à mercê do juízo dos eruditos da Corte, às palavras antigas ou antiquadas deveria assistir o direito de, ao menos, serem conhecidas dos nacionais, visto integrarem a memória linguística e literária, o que facilitaria a leitura dos antigos documentos; às palavras vernáculas, cujo uso era ameaçado por outras, fossem estas vernáculas ou peregrinas, devia ser garantida a longevidade; e às peregrinas, se já nacionalizadas pelo uso ou em processo de naturalização, devia conceder-se cidadania portuguesa, em especial quando comportassem sentidos específicos, não contemplados na significação das nacionais. Em conjunto, os três tipos de palavras concorriam para o aumento da cópia e da variedade estilística da língua portuguesa, ficando tais assuntos, a exemplo de outras nações europeias, na alçada de uma Academia ou, na ausência dela, sob tutela dos “eruditos e mais estudiosos sogeitos da Nação” (Bluteau, 1728: 3), os únicos autorizados a regular o “bom, (...) uso das palavras” (Bluteau, 1728: 3), já que o “mao uso” parecia apanágio do “vulgo”, observações que resultam em esboço incipiente de uma estratificação no campo dos usos. Em nome daqueles e de outros critérios, expende Bluteau vários argumentos em prol três petições. No que tange às palavras desusadas, logo no enunciado lexicográfico das entradas correspondentes a “antigo” e “antiquado” se detecta uma subtil destrinça semântica: se o primeiro é sinónimo de “velho”, já o segundo é “coisa que já não está em uso”, definição seguida de referência às “Palavras antiquadas” e de duas abonações, uma clássica e outra moderna. Idêntica impressão se desprende das palavras de Bluteau quando menciona a mudança das palavras antigas em antiquadas (Bluteau, 1728: 4), matiz significativo traçado com cla-

tuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão pera os outros homÊs, o que nunca houue em Galliza” (Leão, 1606: 32)

¹⁵ A ideia de que a língua pode ser aperfeiçoada ou melhorada pela intervenção dos doutos é, na verdade, um *leitmotiv* do *Oratorio Requerimento*, como ilustrado a seguir: “(...) do seu bom despacho resulta aos seus juizos a gloria de se mostrarem Principes, e Filozofos, dando licença que nos seus Estados corraõ moedas peregrinas, e juntamente Filozofos, apropriando com judiciosa advertencia a significação das palavras” (Bluteau, 1728: 11).

reza por Monte Carmelo na segunda metade de Setecentos (Monte Carmelo, 1767: *Explicação*, i). Embora reconhecesse a subtileza da distinção, este ortógrafo situa “antigo” e “antiquado” em estratos cronológicos diferentes, não sendo por conseguinte termos equivalentes. Um e outro eram definidos como segue:

“*Termo antigo* (...) he proprio do segundo *Dialecto* da Lingua Portugueza, o qual durou desde o tempo do Rei D. Dinis até o tempo do Rei D. Sebastiam, e talvez do Senhor Rei D. Joam IV. Os *Termos antigos*, que se escrevem neste *Compendio* antes do *Paragrafo* 51. ainda tem algum uso, ao menos entre pessoas graves, aindaque menos eruditas. E por isso em *Discursos* mais polidos nam deve usar de todos indifferentemente hum *Orthólogo* moderno, senam com o exemplo de Auctores approvados nesta *Materia*. (...) *Termo antiquado* (...) he proprio do primeiro *Dialecto* do Idioma Portuguez, o qual *Dialecto* durou até o tempo do Rei D. Dinis. Os *Termos antiquados* hoje menos perceptíveis, se-explicam neste *Compendio* para intelligencia dos Escretores antigos Portuguezes. Alguns destes *Vocabulos*, como tambem dos *antigos* (Entre huns, e outros nam he moralmente possível fazer distincção completa ...) ainda tem uso nos *Formularios de Juramento de Fidelidade, em Alvarás, Decretos, e Cartas Régias*, de que usam os nossos Monarcas Fidelissimos por causa de hum obsequio piedoso, e feliz recordaçam de seus Augustissimos Progenitores” (Monte Carmelo, 1767: *Explicação*, i-ii).

Não podendo concluir-se que Bluteau visava então, com clareza, a estratificação lexical, parece mais legítimo sugerir que com ele, nas *Prosas* e no *Vocabulario*, despontava um programa lexical ou lexicológico, explicita e formalmente ampliado apenas na segunda metade do século XVIII. Valorizadas por Bluteau como primogénitas, as palavras antigas integram o património linguístico, motivo por que o dicionário deveria acolhê-las, conquanto há muito andassem arredadas do uso, como confirmam as seguintes: *bafordar, hoste, bacinete, cota, lidar, az, trons, talante, trigança, condesi-lbo, abilhamento, arefece, gouvir, guarnecedor de espadas*. Se estas e outras “aggravadas”, à semelhança de moedas retiradas da circulação, dificilmente seriam devolvidas ao uso, convinha que ao menos delas se preservasse a memória, recolhendo-as em Vocabulários. Concebidos estes como repositórios quer da dinâmica, quer da diacronia lexical, é natural que às palavras antigas creditasse o lexicógrafo um valor diferente do das modernas: “Que imaginaõ os Cultos, que as palavras são como as flores, só cheirosas quando frescas? Os que assim o entendem, não devem de saber, que mais odorifero he o cedro, quando mais antigo” (Bluteau, 1728: 4).

No entanto, sendo a mudança inerente a todas as actividades humanas, era também esse fenómeno inevitável no campo lexical; por isso aceitava Bluteau que ao uso, decisivo interveniente no processo de renovação linguística, não fosse devolvido o que ele enjeitara por razões de vária ordem: “Com esta commemoração dos termos antigos, não pedem as palavras antiquadas, que usemos dellas, porque o discurso, como o corpo, sempre se hade vestir segundo o uso do tempo” (Bluteau, 1728: 6). Entre as causas da dessuetude que aos olhos dos nacionais tornava estranhas as palavras antigas, salienta o Autor a “escuridade” significativa, vale dizer, o apagamento do significado em virtude da perda ou substituição de primitivos referentes, com a consequente desactivação do vínculo entre forma e conteúdo. Para explicar esse processo, a par de muitas referências históricas e mitológicas, de que é exemplo a imposição e a motivação dos nomes de animais (Bluteau, 1728: 6), adopta Bluteau a estratégia retórico-argumentativa da comparação das palavras com flores, jóias e astros. Sobre fazerem parte da diacronia

lexical do português, as “aggravadas”, destituídas embora de préstimo no uso moderno, eram palavras necessárias e úteis ao manuseio de documentos antigos, admitindo-se a sua pontual reactivação quando o estilo ou o género assim o exigisse.

Quanto às “supplicas desconfiadas”, palavras “usadas, e nativas, que injustamente atropelladas da multidão de outras novas, e modernas, pedem que as mantenhaõ, e conservem na posse em que estaõ” (Bluteau, 1728: 4), propunha Bluteau que, salvaguardado o decoro, sempre as vernáculos tivessem preferência sobre todas, “como toadas do genio, e naturaes argumentos do temperamento”, distintivos congregados nas palavras “saude” e “mágoa”, aos quais se juntava o muito uso (Bluteau 1728: 9). Enfermavam essas palavras do mesmo mal – a desconfiança – que causara a babélica dispersão linguística (Bluteau, 1728: 7); seguiu-se depois a impropriedade da pronúncia e a influência de uns povos sobre outros. Sem vigilância, é nessa “multidão dos vocabulos” novos que Bluteau mais se demora, visto desalojarem as nativas:

“(…) pela continua variedade de outras novas vozes, que temerariamente entremetidas se vem introduzindo, e sem faculdade dos Magistrados se vaõ naturalizando com taõ importuna audacia, que se brevemente se não remediar esta desordem, daqui a pouco annos as palavras estranhas atropellaraõ as nativas” (Bluteau, 1728: 8).

Atribuída a factores exógenos como o clima, a especificidade lexical das línguas espelhava o já referido “genio, e temperamento das naçoens”:

“(…) e sendo o Clima desta Corte taõ singularmente privilegiado da natureza, não há duvida, que qualquer curiosidade, ajudada com o perspicacissimo engenho da naçaõ, daria às palavras tanta propriedade, tanta efficacia, e tanta graça, que chegaria a ser throno da eloquencia. Quasi todas as palavras, que saõ meramente Portuguezas, saõ profecias desta verdade (...)” (Bluteau, 1728: 9).

E, em nome dessa “eloquência natural”, verbera Bluteau o emaranhado da eloquência barroca, para assim enaltecer a “vernaculidade” (termo bem posterior) como valor inalterável perante quaisquer artifícios, tanto próprios como estranhos:

“(…) este pernicioso progresso de novos vocabulos improprios, ou desnecessarios, pede opportuno e prompto remedio, porque os nomes facilmente se mudaõ, e mudados logo se perdem, e não só pelos Santos novos, mas tambem pelos nomes novos esquecem os velhos” (Bluteau, 1728: 9).

Consoante se nota, mais atenção exigiam no entanto as “palavras pertendentes”, empréstimos cuja naturalização decorria de três condições: a indigência¹⁴, a elegância e a decência. À luz da primeira, nenhuma lei obstava à importação para remediar a “indigência”, vale dizer, a carência de palavras próprias e adequadas. Conquanto este processo fosse particularmente vantajoso no terreno das artes mecânicas e oficinais, sob pena de, na falta de termos precisos e adequados, se lançar mão das indesejáveis e pouco económicas perífrases, a fala cortesã não requeria menos propriedade e rigor. A isso se refere Bluteau nos termos seguintes:

¹⁴ Com esta expressão, Bluteau parecia secundar uma ideia corrente da época: ser a língua passível de remédio ou melhoramento por intervenção de quem sobre ela tinha poder discricionário. Assim o entendia, em 1710, António de Macedo, autor que publica, sob o pseudónimo de António de Melo da Fonseca, um *Antidoto da Lingua Portuguesa*, verdadeiro libelo contra a pior enfermidade da portuguesa: o ditongo “ão”.

“Baste para todos este exemplo, e deste exemplo aprendamos, que se qualquer Official tem nomes proprios para todos os engenhos de sua mecanica officina, com muyto mayor devem os homens nobres, Palacianos, e Ministros usar de nomes proprios em todos os ministerios, negociaçoens, officios, e dignidades da Republica” (Bluteau, 1728: 10-11).

Na perspectiva de Bluteau, a confusão original seria ainda responsável pelo fenómeno do empréstimo, porque dela dimanaram as lacunas das línguas, compensadas pela apropriação de palavras alheias, como antes sublinhara Nunes de Leão¹⁵:

“Não há lingua em que não faltem palavras, porque como da sua propria confusão nascerão as linguas, não houve lugar para justa, e adequada distribuição das palavras” (Bluteau, 1728: 10).

Em conformidade com a tradição bíblica, atribuir nomes fora, afinal, uma das primeiras tarefas da espécie humana, argumento favorável às palavras peregrinas, pois uma “indigencia, que com tanta gloria se remedeia, he mais para estimar, que a mais copiosa abundancia” (Bluteau, 1728: 11). Definida como o matiz da eloquência, era a elegância uma das justificações para a entrada de palavras “peregrinas”, processo visto, desta feita, de forma positiva; consistia a elegância na escolha de epítetos selectos, palavras épicas, numerosas expressões e outros riquíssimos ornatos, predicados não substituíveis pela abundância. À estranheza causada pelas palavras peregrinas, contrapunha Bluteau as estranhas combinações de que resultavam metáforas, metonímias, alegorias, apóstrofes, e “mil outras figuras”, já que, na expressão do Autor, as peregrinas não serviriam o luxo mas o uso, pois “no vestiario da eloquencia os panos haõ de ser bordados, não carregados; pespontados, não constipados de ouro”. Destinados à “justa elegancia do discurso, e não para a pompa vã da abundancia” (Bluteau, 1728: 12), fornecem os empréstimos novo ensejo para o Autor apostrofar a imoderação dos enfeites da eloquência, da qual resultava “obra pueril, e oratoria meninice” (Bluteau, 1728: 12).

Quando as palavras nativas desrespeitam a decência, também serve esta para validar a importação de palavras estrangeiras. Exigido em todas as matérias e circunstâncias comunicativas, o “decoro da expressão” constituía “forçosa razaõ” para aceitar palavras “Pertendentes, forjadas de novo, ou derivadas de outras linguas”, em substituição das nativas indecorosas. Nesse lote entravam as que possuísem sonoridade equívoca¹⁶ ou remetessem para realidades grosseiras ou baixas, como era o caso de “Cagalume”, palavra rejeitada em proveito de “pirilampo”, conforme relato da terceira conferência académica, realizada a 26 de Fevereiro de 1696¹⁷. Exclama Bluteau a esse propósito:

¹⁵ Assim o explicava o Autor: “Era a lingua Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, & mui curta, & falta de palauras, & cousas, por o misero estado em que a terra estiuera: o que lhe conueo tomar de outras gentes, como fez” (Leão, 1606: 32).

¹⁶ É o que se conclui da observação relativa a certas terminações malsonantes: “Houve quem defendesse, que todas as linguas tinhaõ termos, que traziaõ maos equívocos; allegou os exemplos de *Monarchie*, *Anarchie* & que em Francez tem má terminação” (Bluteau, 1728: 17).

¹⁷ Ali se considerava ser “cagalume” “nome que não pôde usarse em papeis serios, e deve darselhe outro” (Bluteau, 1728: 17). Já antes avançava Bluteau a explicação: “(...) hum pequeno, mas luzidissimo insecto, a que ou a villania do vulgo, ou a sua propria desgraça deu hum nome taõ immundo, que só o pôde consentir o silencio” (Bluteau, 1728: 13). Conclui o Autor depois: “Será possivel, Senhores, que em hum taõ gentil, taõ bello, e taõ nobre insecto continue a cruel injustiça de hum nome, que com fetidos

“Oh com quanta razão nos obriga a decencia a admitir palavras estrangeiras na lingua Portugueza, em que, ou por incuria dos nossos mayores, ou por huma quasi inevitavel fatalidade, se tem introduzido, e ainda hoje permanecem huns termos taõ indecorosos, que não só nos Pulpitos, e nas Academias, mas nem nas praticas mais familiares se podem pronunciar sem pejo !” (Bluteau, 1728: 12).

Assim sendo, para substituir palavras nativas por outras peregrinas seria motivo bastante o decoro. Não estando este em causa, nem tampouco a indigência ou a elegância, podia a decisão favorecer as nacionais ou as peregrinas, oriundas sobretudo de França, em função da extensão no uso, como mostra a discussão académica em torno de “projecto”, “destacar e destacamento”, “recruta”, “bloqueio e bloquear”, palavras às quais, após exame de alternativas nacionais, fora concedida cidadania. Daqui se poderá inferir a muita circulação dessas e de outras palavras semelhantes no tempo de Bluteau (Saraiva, 1816: 4), situação que o levava a reflectir sobre o fenómeno e, outrossim, a incluir muitas daquelas palavras no seu *Vocabulario*. Mas o Autor reconhece que fenómeno idêntico ocorrera em épocas passadas, sem intervenção de juizes ou do “tribunal das letras”, como acontecera à época das invasões godas e árabes. Mas, ademais da francesa, também a língua castelhana e a italiana são objecto de referência no âmbito da naturalização de empréstimos, disso sendo exemplo “bloqueio e bloquear” (*usadas na lingua Castelhana*), “projecto” (*usaõ-na...e já os Castelhanos*), “recruta” (*usada entre Hespanboes*), “pirilampo” (*e os Castelhanos Luciernaga*), “Infantes” (*assim chamaõ os Hespanboes...*), “almazem” (*voz Castelhana*) e “paragonar” (*palavra Italiana, que significa Comparar; usada dos Francezes antigos, e dos Castelhanos modernos...*). Apesar de estes exemplos surgirem a propósito da adopção de palavras estranhas, tanto eles como os relativos aos fenómenos da dinâmica e variação linguística em geral revelam quanto a regulação do uso e a prescrição da norma assistiam à perspectiva que sobre a língua tinha Bluteau nos alvares de Setecentos; assim o indica a apreciação de variantes, em formas como “almazem e armazen”, “lampada e alampada”, “lambique e alambique”, “rematar e arrematar”, “recadar e arrecadar”, “lagoa e alagoa”, algumas das quais continuavam a ser discutidas no último quartel do século (Freire, 1842/1773).

3. Mais do que a originalidade da perspectiva de Bluteau sobre a mudança e a renovação lexical, o que sobressai do *Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas* é a tensão entre as distintas forças intervenientes na dinâmica léxica, a saber: tradição (ou diacronia), continuidade (ou sincronia) e inovação (ou futuro). Correspondem elas ao diferencial de uma estratificação que, sobre ser cronológica, é igualmente sócio-cultural, conquanto esta dimensão só venha a ser reforçada, a partir dos meados do século, devido à particular conjuntura social, ideológica, literária e linguística. Não se estranha por isso que Bluteau figure em lugar cimeiro no conjunto das fontes mais propícias ao estudo quer da dinâmica e da diacronia léxica, quer da historiografia linguística nos alvares daquele século. Com efeito, ao escavar na memória linguística, estava o Autor a desbravar caminho que levaria às grandes discussões setecentistas à

accentos inculca latrinas, e cloacas?”. Foram igualmente discutidas outras denominações: *pirilampo* foi considerada palavra afectada; *fuzilete* e *vago lume* não foram admitidas; foram aceites *nouteluz* e *bicho luzente*.

volta da legitimidade dos usos, questão elevada depois, em contexto diferente, à escala do purismo ilustrado, de que são expoentes Francisco José Freire e o Cardeal Saraiva.

Para concluir, é de salientar que as preocupações metalinguísticas de Bluteau – variação linguística, regulação dos usos, propriedade da linguagem, definição da norma – viriam depois a enformar os grandes *topoi* da reflexão setecentista, com extensões até ao século XIX, assim se provando que a finura analítica do lexicógrafo, projectada de forma especial na observação e registo da dinâmica lexical, forneceu, afinal, extenso e nítido retrato da língua portuguesa nos inícios do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA

- BLUTEAU, Rafael (1712-1721), *Vocabulario Portuguez, e Latino*, 8 vols, Coimbra, Colegio das Artes da Companhia de Jesus /Lisboa, Joseph Antonio da Silva. T. 1 (A), 1712; vol. 2 (B.C.), 1712; T. 3 (D.E.) 1713; T. 4 (F.G.H.I) 1713; T. 5 (K.L.M.N.) 1716; T. 6 (O.P.) 1720; T. 7 (Q.R.S.) 1720; T. 8 (T.U.V.X.Y.Z) 1721; *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino*, Parte I e Parte II, Lisboa Occidental, Antonio Joseph Antonio da Sylva.
- ____ (1728), “Decisoens Academicas. Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas, Aggravadas, Desconfiadas, e Pertendentes, Presentado no Tribunal das Letras, erigido no anno de 1696. Na Biblioteca do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, com titulo de Conferencias Eruditas, pelo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular”, in *Prosas Portuguezas*, Parte I. Lisboa, José António da Silva.
- ____ (1728), *Prosas Portuguezas, recitadas em diferentes Congressos Academicos, pelo Padre D. Rafael Bluteau*, Clerigo Regular, Doutor na Sagrada Theologia, Prêgador da Rainha da Grã Bretanha Henriqueta Maria de França, Qualificador do Santo Officio no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa, e Academico da Academia Real. Partes I e II. Lisboa, José António da Silva.
- FARIA, Manuel Severim de (1624), “Discurso II. Das partes que há de hauer na lingoa-gem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & alg’as com eminencia de outras lingoas”, in *Discursos Varios Politicos*, pp. 62-86.
- FREIRE, Francisco José (1842 [1773]), *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003), *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana*, Col. Textos universitários.
- ____ (2002a), “O «Prólogo» e o «Catálogo de Autores» do *Vocabulario Portuguez e Latino*: as ideias linguísticas de Bluteau no contexto da historiografia da língua Portuguesa”, in Massini-Cagliari, Gladis *et alii* (org.), *Descrição do Português: Linguística histórica e historiografia linguística*, Araraquara: Cultura –Académica-FCL, pp. 25-65.
- ____ (2002b), “Notas sobre as «Prosas Portuguezas» de Rafael Bluteau e a historiografia linguística do século XVIII”, in *Filologia e Linguística Portuguesa*, 5, pp. 7-25.
- ____ (2001), “Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina”, in Thielemann, Werner (ed.), *Século XVIII: século das luzes - século de Pombal*, Frankfurt am Main, TFM, pp. 11-31.
- ____ (1997), “As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII”, in *Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 14, pp. 36-59.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1606), *Origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck.
- MARQUILHAS, Rita (2001), “Em torno do *Vocabulario* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII”, in Mateus, Maria Helena Mira (coord.), *Caminhos do Português* (catálogo), Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 105-118.
- MONTE CARMELO, Fr. Luís do (1767), *Compendio de Orthografia Portuguesa*, Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva (1962), “No alvorecer do 'iluminismo' em Portugal. D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde Ericeira”, in *Revista de História Literária de Portugal*, 1, pp. 191-233.

- NETO, António Maria d'Almeida (1884), *O Escholiaste Português ou Subsídios Litterarios grammaticae, philologicos e rhetoricos compilados dos melhores auctores* (...), 1ª Parte, Lisboa, Typographia Universal.
- PALMA-FERREIRA, João (1982), *As Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- SALGADO JÚNIOR, António (1978), “Conferências eruditas (ou conferências discretas e eruditas)”, in Coelho, Jacinto do Prado (org.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto, Figueirinhas, pp. 195-196.
- SARAIVA, Cardeal (Fr. Francisco de S. Luís) (1812), “Glossario das Palavras e Frases da Língua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portuguesa moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella”, in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. IV, Parte II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, pp. 1-146.
- SILVA, Francisco Inocêncio da (1862), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 7º, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUSA, Fr. João de (1830 [1ª ed. 1789]), *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das Palavras, e nomes Portuguezes, que tem origem arabica* (...), augm. e anotado por Fr. Joze de Santo Antonio Moura, Lisboa, Na Typographia da Academia.
- THIELEMANN, Werner (2001), “Língua culta – Palavras antiquadas – Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal”, in Thielemann, Werner (ed.), *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal*, Frankfurt am Main, TFM, pp. 51-97.
- VERDELHO, Telmo (1981), “Lexicografia sinonímica portuguesa: *O Vocabulario de Synonymos, e Phrases*, de Rafael Bluteau e o *Ensaio sobre Alguns Synonymos*, do Cardeal Saraiva”, in *Biblos*, 57, pp. 171-221.
- VERDELHO, Telmo (1994), “Portugiesisch: Lexikographie/Lexicografia”, in Holthus, Gunther & Michael Metzeltin (ed.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. 6/2, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 673-692.
- VILELA, Mário (1981), “A norma “purista” no século XVIII (com base num exemplo)”, in *Revista de História*, IV, pp. 49-61.
- ____ (1982), “A ilustração na teoria linguística do Cardeal Saraiva”, in *Boletim de Filologia*, t. XXVII, pp. 411-425.
- ____ (1994), *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Almedina.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1798/1799), *Elucidário das palavras termos e frases que antigamente em Portugal se usaram e que hoje praticamente se ignoram*, 2 vols., Lisboa, Ferreira/Regia Sylvana.

